

A Nova Lei de Lavagem de Dinheiro: aspectos penais e principais alterações provenientes da lei 12.683/12

Felipe Mrack Giacomolli, Giovani Agostini Saavedra (Orientador).

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Faculdade de Direito (FADIR)

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo a análise crítica dos aspectos penais da nova lei de lavagem de dinheiro, a partir das inovações trazidas pelas novas disposições, as quais alteraram a Lei 9.613/98 e, conseqüentemente, a regulamentação do delito. Desse modo, o estudo visa destacar tanto as questões relevantes, quanto as principais modificações da nova lei, sob a ótica da Teoria Geral do Delito Econômico e da Globalização Econômica. Para tanto, utilizou-se da metodologia comparativa, explicitando e cotejando as questões teóricas e práticas relevantes provenientes da alteração legislativa em face da Lei 12.683/12, promulgada em julho de 2012.

Outro objetivo buscado pela pesquisa é analisar a aplicação prática da legislação de lavagem de capitais antiga, com o fito de compará-la com os novos entendimentos e as novas diretrizes adotadas pelo Poder Judiciário Federal da 4ª Região. Destarte, foi formado um banco de dados contendo as decisões desse tribunal proferidas a partir da data de publicação da Lei 9.613/98, até a publicação da legislação que a alterou, Lei 12.683/12, publicada em 9 de julho de 2012. O procedimento adotado para a pesquisa jurisprudencial teve como base a pesquisa dos termos “Lavagem de Dinheiro” ou “9613” no campo “Pesquisa livre no inteiro teor” da seção de jurisprudência do site do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. O levantamento restringiu-se às decisões em sede de Habeas Corpus e Apelação Criminal, proferidas dentro das datas mencionadas a cima.

Considerando a recente promulgação da nova lei de lavagem de capitais, não foi possível – até o presente momento – auferir resultados precisos o suficiente para avaliar de forma definitiva o impacto da nova lei na jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. A pesquisa realizada até agora somente permite afirmar que são raros os casos em que é possível observar os principais efeitos das alterações provocadas pela Lei 12.683/12.

Outrossim, a recente publicação do acórdão da Ação Penal 470 (*caso do mensalão*), pelo Supremo Tribunal Federal, é um importante marco para a interpretação dos crimes econômicos nele analisados, pois a sua posição certamente terá significativa importância nos posteriores julgamentos em todo o país, em virtude da força vinculante de que goza a mais alta Corte do país. Nesse sentido, o trabalho em tela, utilizando o método de análise jurisprudencial, almeja examinar o entendimento da Suprema Corte acerca do crime de branqueamento de capitais, especialmente no que tange aos aspectos controvertidos e polêmicos desse instituto.

Palavras-chave

Direito Penal; Lavagem de Dinheiro; Lei 12.683/12; Ação Penal 470.